



Universidades Lusíada

Henriques, Maria Filomena Viegas de Sousa

A transição para a vida adulta mas... o que é ser adulto? : as práticas e representações sociais sobre o que é ser adulto em Portugal

<http://hdl.handle.net/11067/4224>

<https://doi.org/10.34628/2tmk-sw10>

Metadados

Data de Publicação	2004
Resumo	Esta comunicação refere-se ao trabalho de investigação que se está a desenvolver no âmbito do doutoramento em Sociologia (ISCTE) e que pretende identificar e caracterizar as representações sociais sobre o que é ser adulto na sociedade portuguesa. Nesta pesquisa apresenta-se um modelo de análise que assenta na representação de ser adulto de acordo com duas diferentes concepções: Representação hegemónica (que prevalece na sociedade portuguesa) O adulto é um estatuto a atingir com a obtenção de e...
Palavras Chave	Jovens - Atitudes - Portugal, Maioridade - Portugal, Transição para a vida activa - Portugal
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 30 (2004)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-24T04:47:28Z com informação proveniente do Repositório

Filomena SOUSA*

“A transição para a vida adulta mas... o que é ser adulto?” – As práticas e representações sociais sobre o que é ser adulto em Portugal.

Esta comunicação refere-se ao trabalho de investigação que se está a desenvolver no âmbito do doutoramento em Sociologia (ISCTE) e que pretende identificar e caracterizar as representações sociais sobre o que é ser adulto na sociedade portuguesa.

Nesta pesquisa apresenta-se um modelo de análise que assenta na representação de ser adulto de acordo com duas diferentes concepções:

Representação hegemónica (que prevalece na sociedade portuguesa) – O adulto é um estatuto a atingir com a obtenção de estabilidade na vida profissional, financeira e familiar. Tem por base o conceito estático e linear de adulto muitas vezes promovido por instituições como a escola e a família, contudo, considera-se que esta é uma representação que não se coaduna com a realidade das actuais trajectórias complexas, múltiplas, e destandardizadas dos jovens.

Representação emancipada – Representação que já não se apresenta como hegemónica mas sim como restrita a alguns jovens adultos/adultos da classe média/média alta urbana. Substitui o carácter pejorativo e estático do conceito de adulto pelo conceito de adulto que implica a ideia de aprendizagem contínua, de auto-realização pessoal, profissional e afectiva e segundo o qual a evolução se dá de acordo com percursos complexos de avanços e recuos (Machado Pais, 2001). O adulto enquadra-se num modelo pós-moderno de transição para a vida adulta que pode ser vivido e representado segundo um modelo positivo de oportunidades, de possibilidades de escolha e experiências ou um modelo negativo de instabilidade, incerteza, risco e marginalização (ou da relação que se estabelece entre estes dois modelos).

*Docente do Instituto Superior de Serviço Social de Beja. Doutoranda do ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Este artigo refere-se ao trabalho de investigação que está a ser desenvolvido no âmbito do doutoramento em Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e que pretende identificar e caracterizar as práticas e representações sociais sobre o que é *ser adulto* na sociedade portuguesa.

Apresentação

Este artigo parte da hipótese de que, na sociedade portuguesa, *ser adulto é representado socialmente e de forma hegemónica como um estatuto a atingir com a obtenção de estabilidade na vida profissional, financeira e familiar*. Contudo, pressupõe-se que essa representação, que tem como base um conceito estático, objectivo, disciplinador, estandardizado e linear (na maior parte das vezes promovida através de instituições como a escola, a família e o trabalho), não se coaduna com a realidade das actuais trajectórias complexas, múltiplas, e destandardizadas dos jovens.

Esta representação do adulto enquanto estático é muitas vezes entendida pelos jovens, e actualmente por alguns adultos, como uma **representação negativa** que define um estatuto, uma meta a atingir por objectivos definidos no tempo – “já é tempo de te portares como um adulto”, o tempo da inserção numa profissão estável, de casar, de ter filhos e “de assentar” – é uma representação que implica a aquisição de responsabilidades – profissionais, financeiras e familiares. É a representação de uma fase de vida caracterizada por rotinas, por ter de agir por obrigação e não por prazer, por ter problemas, deixar de ter paciência para novas ideias e tendências, ter menos tempo para estar com os amigos e para as actividades de lazer, *ser adulto* pressupõe posturas e atitudes sérias e formais.

Na investigação em causa considera-se, no entanto, a existência de uma outra representação do que é *ser adulto*, desta vez uma **representação que caracterizamos como emancipada** que já não se apresenta como hegemónica mas sim como restrita a alguns jovens adultos/adultos da classe média/média alta urbana. Uma representação que substitui o carácter pejorativo e estático do conceito de adulto pelos termos de auto-realização e desenvolvimento pessoal.

A **representação emancipada e positiva** sobre o que é *ser adulto* substitui a definição de *passagem para a vida adulta* e de estabilidade pela ideia de percurso e aprendizagem para a auto-realização pessoal, profissional e afectiva – a ideia de aquisição de experiências e conhecimentos, da possibilidade de agir de um modo mais ponderado, a possibilidade de errar, dizer não e desistir, o aumento das capacidades de reflexão, compreensão

e criatividade, a possibilidade de aumentar o carácter empático/assertivo, conciliador, tolerante e cooperante.

Impera nesta representação a necessidade de preservar os tempos de sociabilidade com o grupo de amigos, os *tempos livres* e tempos de lazer que não são mais entendidos como contraposição a *tempos presos*. O trabalho, as novas formas de conjugalidade, a vida familiar, doméstica e até mesmo o nascimento do primeiro filho – até então considerado como um dos aspectos fundamentais para o jovem adulto assumir a passagem para a vida adulta – são entendidos, segundo esta “nova ética de vida”, como desafios, fontes de prazer e lazer, de bem-estar, de qualidade de vida, de desenvolvimento e de realização pessoal.

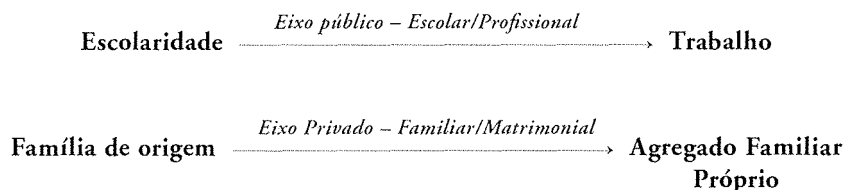
Todavia, mesmo correspondendo de modo mais próximo às características de uma sociedade pós-moderna repleta de desafios, oportunidades, possibilidades de escolha e onde impera o sentimento de liberdade e aventura essa mesma **representação emancipada também se reveste de uma dimensão negativa** que corresponde à outra “face da moeda” – a instabilidade, o risco, a incerteza e a dificuldade de alguns (nomeadamente jovens de classes menos favorecidas) em criar ou aceder às oportunidades apresentando-se, por vezes, vulneráveis a situações de exclusão e/ou marginalidade.

1. A Juventude e a transição para a vida adulta

Tendo em conta o modelo de transição para a vida adulta de Galland, sociólogo francês, a *juventude* é essencialmente definida como uma fase de passagem que se efectua entre quatro limites importantes: o fim dos estudos, o início da vida profissional, a partida da casa dos pais e a formação do casal.

Assim, por um lado, existe o eixo que vai da escola ao trabalho – *eixo público*, escolar/profissional e, por outro lado, existe o eixo que vai da dependência da família de origem à formação de um agregado familiar próprio – *eixo privado*, familiar/matrimonial (vide Gráfico 1).

Gráfico 1 – Modelo de Transição para a Vida Adulta



Contudo, este modelo pode apresentar diferentes configurações conforme a coincidência ou não dos calendários dos diferentes limites de passagem.

1.1 O modelo tradicional de transição para a vida adulta

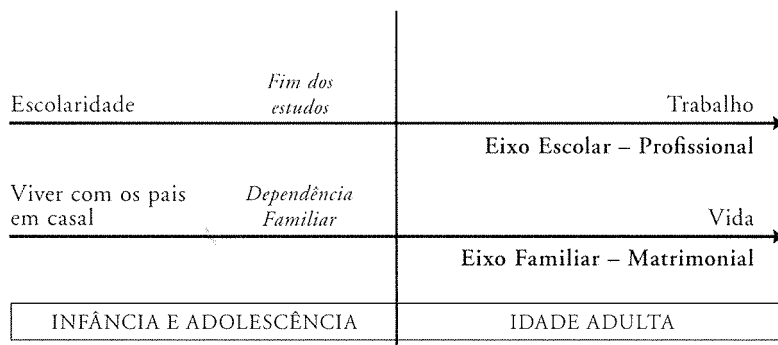
Na verdade, se tivermos em conta a realidade portuguesa de há vinte anos atrás podemos falar de **um modelo de transição tradicional**, onde usualmente quando se terminava o ensino obrigatório iniciava-se uma vida profissional, deixava-se a família de origem e constituía-se família própria, usualmente através do casamento religioso.

O modelo tradicional de transição para a vida adulta é um modelo onde o modo de passagem para o estatuto de adulto não é complexificado, é simples, linear e bem delimitado. Fundado em dois princípios: o princípio da instantaneidade da passagem da infância/adolescência para a idade adulta e o princípio da concordância necessária entre o final dos estudos, o início da vida profissional, o casamento e a partida da família de origem, este modelo não reconhece socialmente a figura da juventude no processo de entrada na vida adulta, não a considerando entre as idades da adolescência e de adulto.

O modelo tradicional de transição para a vida adulta caracteriza-se, deste modo, por um forte sincronismo entre limites de passagem e define *idades de vida* de uma forma homogénea – enquanto a infância e a adolescência correspondem aos papéis dos estudantes, da aprendizagem e do estatuto de dependência familiar; a idade adulta define-se na ocasião da

autonomia económica, residencial e afectiva. Assim, este modelo é muitas vezes considerado enquanto modelo de identificação (fácil identificação e distinção de papéis e funções do adolescente que estuda e vive com os pais e o adulto que trabalha e tem família própria) ou de instalação (onde existe um percurso unívoco e linear de instalação na vida adulta) (vide Gráfico 2).

Gráfico 2 – Modelo Tradicional da Entrada na Vida Adulta



Para além deste modelo caracterizar, acima de tudo, a realidade portuguesa de há cerca de vinte anos atrás, ele ainda não desapareceu totalmente e continua a verificar-se sobretudo junto das classes populares, operárias e rurais, onde é necessário começar a *ganhar a vida* cedo e onde o casamento é um factor decisivo para a autonomia em relação à da família de origem.

De referir, ainda, que em certas classes superiores, onde se evidenciam valores tradicionais e conservadores, este modelo, para além de ser praticado de forma diferente, também é muitas vezes defendido e perpetuado.

Contudo, a partir dos anos 70 este modelo tradicional de entrada na vida adulta é colocado em causa. Acontece que se por um lado “se regista a mudança da idade média de transposição dos principais limites, por outro lado dá-se uma tendência crescente das desconexões entre esses limites” (Galland, 1996: 40).

O modelo de identificação/instalação sofre várias pressões tanto com o prolongamento escolar e o crescimento de aspirações à mobilidade social como com a mudança no sistema familiar e matrimonial e com as mudanças nos modos de passagem à vida profissional que são cada vez mais longos, conduzem menos frequentemente e menos directamente a um emprego estável, sendo a relação entre os títulos escolares e os lugares de trabalho baixa e no sentido da desvalorização dos diplomas.

1.2 O novo modelo de transição para a vida adulta

Com as novas condições da vida familiar e matrimonial, os novos modos de entrada na vida activa e todas as mudanças socioeconómicas, os antigos sistemas de referência que estavam na base das formas de transição para a vida adulta entre as gerações mais velhas revelam-se ultrapassadas e inválidas.

Na verdade, deixa de ser possível entender o tempo que medeia entre o fim da escolaridade obrigatória e o exercício de uma profissão como um tempo linear. Este alonga-se cada vez mais e perde-se o carácter de instantaneidade que no modelo tradicional levava a uma irreversível inserção profissional. A definição do estatuto de adulto passa agora por um período de indeterminação. Quando saem do ensino, obrigatório ou superior, a maioria dos jovens passa por um período de *interregno* entre a escola e o emprego. Os itinerários de passagem para a vida activa que caracterizam esse período de *interregno* são cada vez mais marcados pelo desemprego, o emprego intermitente, formação, o subemprego e a inactividade.

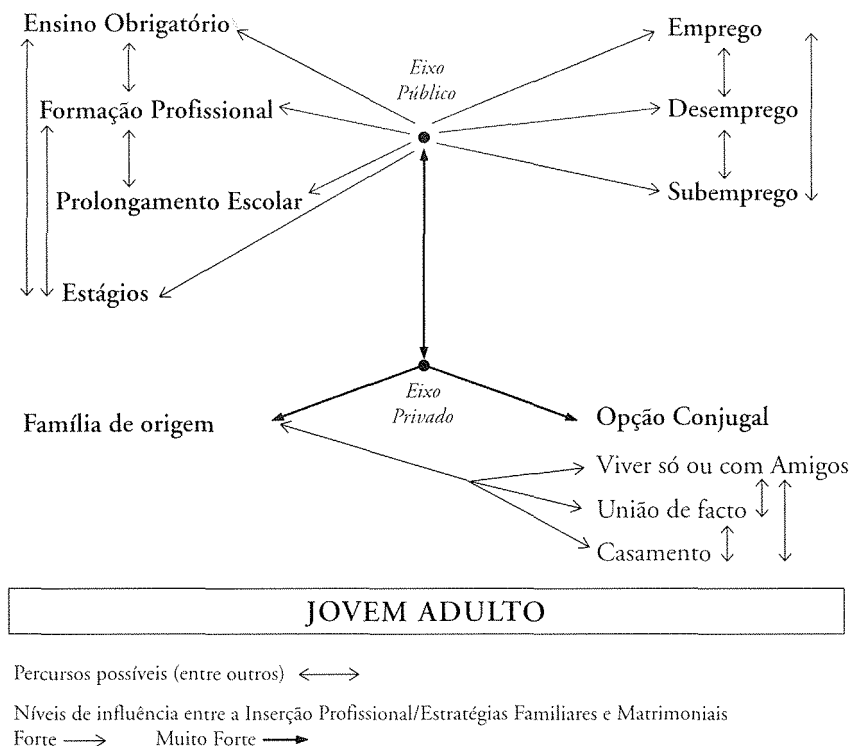
Esta indeterminação profissional, familiar e conjugal junto com a extensão dos tempos de formação (essencialmente entre as classes médias e superiores) permite a consideração social do termo *juventude* num **novo modelo de transição para a vida adulta**. Um *modelo de experimentação* que é definido não só pela indefinição e dessincronização da integração no mundo do trabalho remunerado e a constituição da família como pela “passagem por diversas experiências sociais, ao longo de um processo interactivo, feito de ensaios e erros, que pretende chegar a um compromisso satisfatório” (Galland, 1996: 43).

Neste modelo as decisões que o jovem toma sobre a vida profissional ou familiar podem passar-se em tempos completamente diferentes exis-

tindo uma diversidade de modalidades de passagem que serão utilizados de acordo com os grupos e os contextos sociais. As decisões podem e são muitas vezes reversíveis evidenciando-se, como já referimos, o conceito de *jovem adulto* que pode, por exemplo, terminar os estudos, começar a trabalhar, deixar de trabalhar, ficar desempregado, coabitar com um(a) parceiro(a), arranjar um emprego precário, ser economicamente dependente dos pais, voltar a ter um emprego estável, casar, divorciar (...).

Não é possível, desta forma, falar de um único modo típico e unívoco de transição dos jovens para a vida adulta. *As transições são múltiplas, distintas e diferentemente vividas pelos jovens* (Machado Pais, 1991a: 473) (vide Gráfico 3).

Gráfico 3 – Novo Modelo de Transição Para a Vida Adulta



Segundo este *modelo de diversidade de estratégias* de Galland, a que Machado Pais chama de modelo das trajetórias yô-yô, a entrada na vida adulta não se define como um período de crise mas de experimentação e de definição progressiva, como uma fase normal do ciclo de vida que não é marcada por meros problemas psicológicos nem pela marginalidade social, mas por escolhas e soluções para os problemas de inserção que, evidentemente, podem ser marcadas por um trabalho longo e difícil, por vezes doloroso, de determinação de identidade e de estatuto.

Muitas das dificuldades pelas quais os jovens têm de passar durante os processos de entrada na vida adulta (nomeadamente os jovens das classes médias detentores de maior capital escolar) têm origem na forma como têm sido socializados pela família e pela escola. As expectativas criadas nem sempre correspondem à realidade, às mudanças nas oportunidades de emprego e tipos de trabalhos, às novas formas de constituição de família e às novas interações conjugais. Por estes motivos o novo modelo de transição para a vida adulta tem de ser pautado por uma transformação gradual das tradicionais normas de referência pretendendo-se a adaptação às novas realidades.

Assim, se por um lado o modelo de experimentação e diversidade de estratégias é influenciado por constrangimentos socioeconómicos, também acontece que se deu um “processo de revisão do sistema de referências normativas tradicionais em que se envolvem, conjuntamente, pais e filhos” (Machado Pais, 1991b: 986).

A idade da experimentação dos modos de ser é, ainda, a idade onde se cultivam os prazeres do encontro, dos tempos de lazer e do grupo de pares. É por excelência a idade da sociabilidade amigável apreciando-se as relações de amizade.

O novo modelo de transição para a vida adulta, onde se prolonga a fase de vida que surge associada à juventude, define, deste modo, um *eixo público* que se encontra estritamente relacionado com múltiplos factores estruturais, com as transformações socioeconómicas, as novas formas de desemprego, as novas profissões, novos desenvolvimentos sectoriais da economia, etc. E, por outro lado, um *eixo privado* que está sujeito a transformações sociais, familiares e individuais como o adiamento da idade de casar; o reforço do peso funcional da família através de uma solidariedade

prolongada, com a ajuda económica, residencial e na procura de emprego; a experimentação de relações amorosas, as diferentes formas de conjugalidade que podem passar por exemplo, pela coabitação e a união de facto, entre outras mudanças que marcam essencialmente os jovens das classes médias.

Ou seja, a entrada na vida adulta não se define como um período de crise, mas um período de experimentação e de definição progressiva, uma fase que não é marcada por meros problemas psicológicos nem pela marginalidade social mas por escolhas e soluções para os problemas de inserção que, evidentemente, podem ser marcadas por um trabalho longo e difícil de determinação de identidade e de estatuto (Machado Pais, 1991).

Este modelo moderno de transição para a vida adulta torna-se ainda mais indefinido se considerarmos as perspectivas teóricas que defendem a ideia de que, mais que momentos de passagem, o que importa para os jovens é a construção da sua autonomia. Mesmo dependentes dos seus familiares em termos residenciais e financeiros os jovens constroem a sua autonomia, muitas vezes dentro do seu mundo, que é o seu próprio quarto. Essa autonomia pode não passar por experiências decisivas mas por momentos esporádicos e mais ou menos voláteis – como as *primeiras vezes*: a primeira navegação na net, o primeiro passeio pelos chat's; a carta de condução; o primeiro carro; o primeiro beijo; a primeira *curte*; a primeira namorada; o primeiro *biscate*; o primeiro telemóvel (que permite autonomia em relação à organização dos tempos de comunicação com o grupo de amigos – *as mensagens à meia-noite e os toques às três da manhã...*); entre outras *primeiras vezes* (Bozon, 2002; Galland, 2001; Singly e Ramos, 2002; Cicchelli, 2001 e Roussel, 2001).

2. O Conceito de Adulto

Quando se pretende realizar uma pesquisa acerca das representações sociais sobre “O que é ser adulto?” depara-se, de imediato, com uma lacuna da investigação social em relação a esta fase de vida. A bibliografia que se encontra diz respeito essencialmente a questões ligadas à formação de adultos remetendo-nos, acima de tudo, para a problemática das necessidades de formação, da construção de currículos de formação e dos

métodos pedagógicos. Nesta bibliografia acontece, ainda, serem raros os casos em que se tenta definir de modo mais preciso e profundo o conceito de adulto.

Assim, se é com alguma facilidade que se encontra uma extensa bibliografia sobre questões ligadas à infância, à adolescência, à juventude e ao idoso, o mesmo não se passa quando o tema que se pretende trabalhar se desenvolve em torno do conceito de adulto.

De referir, no entanto, que se revelaram essenciais para o desenvolvimento da proposta teórica desta pesquisa os estudos de Clarissa Kulgelberg sobre as imagens culturais dos jovens suecos no início da vida adulta (1998) e de Ann Nilsen sobre as representações dos jovens noruegueses sobre a vida adulta (1998)¹. Outro dos trabalhos mais recentes e que se debruça sobre a definição do conceito de adulto é a obra “A imaturidade da vida adulta” (2000) de Jean-Pierre Boutinet, especialista em formação contínua. Este autor também se refere à reduzida bibliografia que se encontra sobre o conceito de adulto, nomeadamente em França, considerando que esta realidade existe porque “falar sobre a vida adulta pode parecer aparentemente banal” (Boutinet, 2000: 13), ou porque a vida adulta é “deixada aparentemente nas suas antigas certezas como uma idade sem problemas, uma vez definida como idade de referência” (Id. *Ibidem*: 11).

Na pesquisa, “Formação Percursos e Identidades” (2003) de Ana Maria Costa e Silva, identificam-se diferentes propostas pedagógicas da formação de adultos que se baseiam, acima de tudo, na perspectiva psicológica ou no âmbito das ciências da educação para identificar características que diferenciavam a educabilidade do adulto da educabilidade de crianças e adolescentes. Nestas propostas o adulto corresponde, usualmente, a “um estágio pós-formal, (considerarmos a tipologia de Piaget)” (Costa e Silva, A. Maria, 2003: 39). Entre as características específicas da educabilidade do adulto evidenciam-se a experiência, a capacidade de adaptação, antecipação, distanciamento, autonomia e paciência, que estão descritas no quadro n.º 4.

¹ Não iremos para já considerar as especificidades e diferenças que existem entre a sociedade do Norte e do Sul da Europa e como estas influenciam a existência de diferentes modelos de passagem à vida adulta, interessa-nos, neste momento, identificar apenas a representação destes jovens sobre o que é “ser adulto”.

Quadro n.º 4 – Características que diferenciam a educabilidade do adulto da educabilidade de crianças e adolescentes

Experiência	Que possibilita a capacidade de raciocínio e julgamento pertinente.
Adaptação	Capacidade de equilibrar situações em que é possível assimilar e outras a que se deve acomodar.
Antecipação	Capacidade para representar, adaptar-se e elaborar projectos sobre o futuro.
Paciência	Ser capaz de esperar, paciência para alcançar objectivos que se concretizarão mais tarde.
Distanciamento	Capacidade reflectir e analisar sobre a representação de si próprio, o lugar que ocupa, quem é, o que é capaz de fazer.
Autonomia	Capacidade de decisão, mobilização e gestão das informações, experiência e conhecimentos adquiridos.

No entanto, a autora também assume que estas características não possibilitam uma definição clara do conceito de adulto uma vez que nunca se refere como é que estas características se estruturam nas práticas quotidianas dos indivíduos.

Analisando as pesquisas anteriormente referidas é possível concluir que o conceito normativo e tradicional de adulto assente na ideia de maturidade adquirida e realização definitiva – que nos remete para a perspectiva etimológica da palavra adulto de origem latina *adultus* definida por aquele “que terminou de crescer” – foi (e muitas vezes continua a ser) um conceito preponderante, produto de um quadro tradicional de exigências imposto e não questionado desde os meados do século XIX até ao final da Segunda Grande Guerra (Costa e Silva, Ana M., 2003: 36).

Contudo, após a Segunda Grande Guerra e sobretudo nos anos 60 e 70, o termo adulto adquire novos significados. Considerando concepções provenientes da psicologia, psiquiatria e filosofia é possível identificar o desenvolvimento de várias pesquisas (Teilhatd de Chardin, 1959; Carl Rogers, 1961 e G. Lapassade, 1963) que, tendo em conta as mudanças sócio-económicas advindas de uma sociedade industrial em expansão e a evidência do fenómeno da individualização, substitui-se o adulto como estado terminado e estático pelo adulto enquanto estado inacabado, sujeito a um contínuo processo de construção e desenvolvimento, o adulto

“é entendido doravante como perspectiva, uma maturidade vocacional nunca atingida, mas em contínua conquista” (Boutinet, 2000: 17).

Perante esta nova direcção que toma a definição do conceito de adulto é possível definir duas posições distintas. Assim, se por um lado se identifica o adulto com um processo de construção, questiona-se o sentido desse processo e até meados dos anos 70 vários trabalhos apontavam essencialmente para uma perspectiva optimista – uma corrente assente na perspectiva humanista evolucionista (Carl Rogers, 1961) que fundamentava a existência de uma orientação positiva para todos os homens, o estado inacabado do homem era visto como a possibilidade de progredir, de conservar as suas formas juvenis, a angústia dos indivíduos face às características da sociedade moderna e industrial é considerada como “remanescente, como portadora de esperanças e optimismo” (Boutinet, 2000: 15).

A partir dos anos 90, o processo de construção ao qual o adulto está sujeito é questionado segundo uma visão pessimista, o adulto deixa de ser entendido como perspectiva para ser visto como problema, o desenvolvimento de uma sociedade pós-industrial, pós-moderna, onde predomina a incerteza, o risco – “não que a modernidade seja mais arriscada do que épocas anteriores (...), o que é novo é a inevitabilidade do raciocínio em termos de avaliação desses riscos” (Teixeira, 2001: 37) – desordens e situações de precariedade, vulneráveis e frustrantes de marginalização promovem a permanente instabilidade (Boulte, P.1995 e Ehrenberg, A., 1991 e 1995).

A exemplo desta corrente Boutinet refere a obra de A. Ehrenberg, *“L’Individu Incertain”* (1995), onde o adulto de hoje tem de assumir responsabilidades crescentes e “se a exclusão é limitada, o sentimento de ser excluído, o handicap relacional, a privação de ser estão sempre presentes”. Também “a experiência contemporânea do indivíduo é uma interrogação maciça sobre a incerteza dos lugares” o que leva Ehrenberg a afirmar que “estamos na idade do indivíduo inseguro” (A. Ehrenberg citado por Boutinet, 2000: 16).

Jean-Pierre Boutinet define assim quatro modelos que estão na base da definição do conceito de adulto; um modelo tradicional do adulto estático, estável, de maturidade adquirida, que entendemos neste trabalho que ainda persiste como representação predominante na sociedade portuguesa sobre o que é “ser adulto”, e outros três modelos emergentes que

evidenciaram nos últimos trinta anos, o do adulto padrão, o do adulto em perspectiva e do adulto como problema (vide quadro n.º 5).

Quadro 5 – Modelos emergentes da vida adulta durante os últimos 30 anos

	Período Respeitante	Traço Dominante	Paradigma Fundador
Adulto padrão	1945-1960	Maturidade Vocacional	Referência
Adulto em perspectiva	1960-1975	Desenvolvimento vocacional	Estado inacabado
Adulto com problema	1980-1995	Desordem vocacional	Instabilidade

(in Boutinet, 2000:17)

O que consideramos perante estas definições do conceito de adulto é que todas estas concepções coexistem actualmente no indivíduo e na sua forma de “ser adulto”. Estabelece-se um paradoxo particular entre a representação tradicional e a representação moderna (positivista ou pessimista) do que é “ser adulto”. Verifica-se um dualismo que, tendo em conta a situação da sociedade portuguesa, a caracteriza na sua caminhada para a modernidade – a existência de “mudança na continuidade” e a “continuidade na mudança” (Machado, F. L. e Costa, A. Firmino: 1998), a “prematuração e imaturidade coexistem ao mesmo nível que peças da sociedade industrial perduram dentro da sociedade pós-industrial” (Boutinet, 2000: 228).

Ou seja, a representação do adulto continua a impor-se numa perspectiva de estabilidade – o adulto socialmente inserido é categoria etária de referência para as demais categorias etárias –, contudo, o indivíduo procura de forma voluntária afastar-se dessa impressão de estabilidade, “actuais testemunhos de adultos evidenciam a sua preocupação de se manterem jovens o máximo tempo possível, até mesmo adolescentes, nunca deixarem de crescer, mantendo-se neoténicos (inacabados), sempre em busca de realizações a completar, de acções a recomençar com a preocupação de conservar uma réstia de juventude, um gosto permanente do inédito” (Boutinet, 2000: 19). Porém, ao assegurar cada vez menos a sua

identificação a um estatuto de estabilidade, o “adulto” vê-se ele próprio sem pontos de referência, por vezes perdido entre múltiplas dependências, vulnerável, confrontado com situações complexas que o ultrapassam.

O adulto situa-se actualmente numa sociedade de escolhas, decisões e projectos – projectos profissionais, de carreira, familiares, de orientação, inserção, formação, de reforma, entre outros – contudo, estas decisões, escolhas e projectos realizam-se cada vez mais sem a protecção de um quadro estruturado de identificações, cada vez mais as decisões dependem do indivíduo e da sua capacidade de se auscultar a si próprio. A sensação é por vezes a de “duplo vazio existencial e societal” (Id. *Ibidem*: 227).

Existem desta forma duas lógicas que resumem as diversas perspectivas sobre o que é “ser adulto”; uma que considera o adulto como sujeito equilibrado, estável, mesmo rotineiro e instalado e outra que reconhece o adulto como um sujeito que se perspectiva em desenvolvimento numa atitude de experimentação, de progressão, de formulação de desejos e concretização de projectos (Costa e Silva: 2003) ou como adulto problema que tem de lidar com o imprevisto, o risco, a exclusão e a inexistência de quadros de referência. Estas duas lógicas que se opõem e conferem ao adulto uma definição paradoxal também se podem unir “produzindo um efeito desmultiplicador numa espécie de desestabilização da vida adulta” (Boutinet, 2000:19) que leva a assumir uma nova maneira de “ser adulto”.

Esta nova forma de “ser adulto”, à luz do que acontece com o modelo da diversidade de estratégias e de experimentação dos jovens e os jovens adultos na transição para a vida adulta, também assume a possibilidade de avanços e recuos nas trajectórias do próprio adulto.

Mais que garantir a consolidação de situações estáveis, na construção das *novas biografias pessoais*, o adulto pretende definir uma autonomia face a um ciclo de vida dito *tradicional*. O adulto assume que continua, também ele, a viver *primeiras vezes* – quando se divorcia; ao reconstituir família; no relacionamento com enteados(as); ao voltar a residir com os pais; com o primeiro filho numa idade avançada; no trabalho após a idade da reforma; com a primeira mudança de emprego; o primeiro negócio por conta própria; o primeiro investimento, entre outras novas *primeiras vezes*.

3. Conclusão

Por último convém, ainda, referir que esta investigação parte da perspectiva de que a perplexidade face às novas oportunidades surge, na maior parte das vezes, porque instituições como a escola e a família continuam a socializar os jovens segundo o modelo tradicional de transição para a vida adulta – o jovem é frequentemente socializado numa perspectiva de se tornar o “adulto” estável e seguro – o que cada vez menos se enquadra na sociedade em que vivemos, ou seja, esta socialização promove expectativas que usualmente não correspondem à realidade. De acordo com o artigo “Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta” de Rosário Mauritti (2001), os jovens que actualmente prolongam os seus tempos escolares vivem sob a protecção da família de origem, dependem dela financeiramente e usualmente os seus tempos e espaços estão separados das outras esferas da vida social, nomeadamente do mercado de trabalho, ou seja, as representações dos jovens sobre o que será a sua vida profissional e familiar partem especialmente da experiência escolar “e da estrutura de oportunidades criadas ou projectadas nos contextos alargados de sociabilidade que a escola (e a família) – num sentido global – ajuda(m) a fomentar” (Mauritti, 2001: 112).

Fazendo um paralelismo entre o modo como se considera que as instituições vivem actualmente a problemática da passagem para a vida adulta e o que é “ser adulto” com a perspectiva que Giddens tem sobre o modo como estas encaram fenómenos característicos da sociedade pós-moderna, como é o caso da globalização, não se pode falar na família, do trabalho, da escola e de outras instituições como se estas não tivessem que mudar. Giddens chama-lhes de “instituições incrustadas” – “instituições que se tornam inadequadas para as tarefas que são chamadas a desempenhar (...)”. Giddens considera mesmo que “a impotência que sentimos não é sinal de qualquer fracasso pessoal, é reflexo apenas da incapacidade das nossas instituições. Precisamos de reconstruir as que temos, ou de as substituir por outras” (Giddens, 2000: 31).

Boutinet (2001) que segue a mesma perspectiva de Giddens ao propor que as instituições socializadoras como a escola e a família se devem adaptar à nova condição social dos jovens, alerta para a necessidade do desenvolvimento de uma pedagogia “pós-moderna” onde se explora todas

as oportunidades e caminhos possíveis, mesmos que contraditórios, para que os jovens estruturem e organizem situações paradoxais², para que não se inibam a constrangimentos e representações preconcebidas, responsabilizando-se pelas suas oportunidades e liberdade de escolha tendo sempre a possibilidade de desistir e voltar atrás caso, numa perspectiva de desenvolvimento e realização pessoal, isso se justifique (Boutinet: 2000).

Bibliografia

- AVANZINI G., “L’anthropescence”, in *L’éducation des adultes*, Paris, Anthropos, 1996.
- BECK, Ulrich, *Risk Society*, Londres, Sage Publications, 1992.
- BRAGA DA CRUZ, Manuel *et al.*, “A condição social da juventude portuguesa” in *Análise Social*, 1984, 20 (81-82), Lisboa, pp. 285-308.
- BOZON, Michel, (2002), “Des rites de passage aux «premières fois» une expérimentation sans fins”, in *Agora-Debats/Jeunesses*, n.º 28, Paris, L’Harmattan, pp. 22- 32
- BOULTE, P., *L’individu en friches*, Paris, Desclée de Brouwer, 1995.
- BOUTINET, Jean-Pierre, *A Imaturidade da Vida Adulta*, 2000, Porto, Rés-Editora, Lda.
- BOURDIEU, Pierre, “Youth is just a word”, in: P. Bourdieu, *Sociology in Question*, 1984, London, Sage Publications Ltd., pp. 143-155.
- CICCHELLI, Vincenzo, (2001), *L’construction de l’autonomie*, Paris, Presses Universitaires de France, pp 144-204
- COLLECTIF, “L’évolution des valeurs des Européens”, *Futuribles*, 200, 1995 – *Être adulte*, 100 personnalités témoins de leur expérience. Paris, Albin Michel-La Vie, 1996.
- DEGNIER, Marc-André, “Crise de la jeunesse et transformations des politiques sociales en contexte de mutation structurale”, in *Sociologie et Sociétés*, XXVIII, 1996, 1, pp. 73-88.
- EHRENBERG A., *Le culte de la performance*. Paris, Calmann-Lévy, 1991.
- EHRENBERG A., *L’individu incertain*, Paris, Le Seuil, 1995.
- ELIAS, N., *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1993.

²Como por exemplo, conseguir um emprego que lhes dê realização pessoal numa sociedade em que deixou de existir o que anteriormente designávamos como o “emprego para o resto da vida”.

- ELIAS N., *Du temps*, Paris, Fayaid, 1997.
- GALLAND, Oliver “Precarité et entrée dans la vie”, in *Revue Française de Sociologie*, XXV, 1984, pp. 49-66.
- GALLAND, Oliver “Formes et transformations de l’entrée dans la vie adulte”, in *Sociologie du Travail*, 1985, 1, pp. 32-53.
- GALLAND, Oliver “L’entrée dans la vie adulte en France. Bilan et perspectives sociologiques”, in *Sociologie et Sociétés*, Vol XXVIII, n.º 1, Printemps, 1996, pp. 37-46.
- GIDDENS, A., *The transformation of intimacy: sexuality, love & eroticism in modern societies*, 1992, Oxford, Polity Press, p. 186.
- GIDDENS, Anthony, *As Consequências da Modernidade*, 1992a (1.ª Ed.), Oeiras, Celta Editora.
- GIDDENS, A., *Modernidade e Identidade Pessoal*, 1997, Oeiras, Celta Editora
- GIDDENS, Anthony, *Modernização Reflexiva*, 2000 (1.ª Ed.), Oeiras, Celta Editora.
- GOKALP, Catherine, “Quand vient l’âge des Choix. Enquête auprès des jeunes de 18 à 25 ans: emploi, résidence, mariage”, 1981, Paris, Presses Universitaires de France, Institut National d’Études Démographiques, Col. *Travaux et Documents*, cahier n.º 95.
- LASH, S., “Reflexive modernization: the aesthetic dimension”, in *Theory, Culture and Society*, 10, 1992.
- LAPASSADE, G., *L’entrée dans la vie, essai sur l’inachèvement humain*, Éd. De Minuit, 1963.
- LESTON BANDEIRA, Mário, “‘Crise da Família’ e Novos Protagonismos Sociais”, in *Mutações Sociais Mentalidades e Comportamentos*, 1997, Ministério da Educação, pp. 15-35.
- LIPOVETSKY, Gilles, *A Era do Vazio*, Lisboa, Relógio d’Água, 1989.
- MACHADO, Fernando Luís, COSTA, António Firmino, “Processos de uma Modernidade Inacabada”, in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (org.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998 (2.ª edição), pp. 17-44.
- MACHADO PAIS, José, “A construção sociológica da juventude: alguns contributos”, in: *Análise Social*, 1990, XX – 1.º e 2.º (105-106), Lisboa, pp. 139-165.
- MACHADO PAIS, José, *Formas Sociais de Transição para a Vida Adulta – Os Jovens Através dos Seus Quotidianos*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, 1991a, Lisboa, ISCTE.
- MACHADO PAIS, José, “Emprego juvenil e mudanças sociais: velhas teses, novos modos de vida”, in *Análise Social*, Vol. XXVII, n.º 114, 1991b, Lisboa, ICS, pp. 945-987.
- MACHADO PAIS, José, “A vida como aventura: uma nova ética de lazer”, in *Actas do Congresso Mundial do Lazer*, 1992, Lisboa, ICS, pp. 99-110.

- MACHADO PAIS, José, *Ganchos, Tachos e Biscates – Jovens, Trabalho e Futuro*, 2001, Porto, Âmbar.
- MAURITTI, Rosário, “Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta”, in *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 39, 2002, Lisboa, Editora Celta, pp. 85-116
- MATIAS, Nelson, “A Educação e a escola”, in *Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspirações*, Vol. I, *Resultados Globais*, 1989, Lisboa, ICS, pp. 75-97.
- MOSCOVICI, S., *Social Cognition*, Londres, Academic Press, 1981.
- NILSEN, Anna, “Representações dos Jovens acerca da Idade Adulta” in GUERREIRO, Maria das Dores, Trabalho (Coord.), *Família e Gerações: Conciliação e Solidariedades*, 1998, Lisboa, Celta Editora, pp. 139-143.
- ROBERTS, Kenneth, PARSEN, Glennys, “Culturas de juventude, transformação social e a transição para a vida adulta na Grã-Bretanha”, in *Análise Social*, Vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), Lisboa, ICS, pp. 167-191.
- ROGERS, C., *Outcoming a Person*, Houghton Mifflin, 1961.
- SINGLY, François, (2002) “Préface”, in RAMOS, Elsa, (2002), *Rester enfant, devenir adulte*, Paris, L’Harmattan, pp. 9-15
- SILVA, Ana Maria Costa e, “Ser adulto: estado ou processo?” in *Formação, Percursos e Identidades*, 2003, Coimbra, Quarteto Editora, pp. 36-45.
- TEIHLARD DE CHARDIN, P., *L’avenir de l’homme*, Paris, Le Seuil, 1959.
- TEIXEIRA, Elsa Guedes, “Solidão, a busca do outro na era do eu: estudo sobre sociabilidade na modernidade tardia”, in *Sociologia Problemas e Práticas*, 2001, 35, pp. 31-48.
- VALA, J., e MONTEIRO, M. B., (org.), *Psicologia Social*, Lisboa; Fundação Gulbenkian, 1993, pp. 353-384.
- ZELDIN, Theodore, *História íntima da Humanidade*, Lisboa, Editorial Teorema, 1994.